

MONARQUIA

ÓRGÃO DA CHEFIA GERAL PATRIANOVISTA

ANO VIII

Sem Rei não há UNIÃO NACIONAL

N.º 45

São Paulo, Outubro-Novembro de 1962 — Caixa Postal, 1304

Director — A. VEIGA DOS SANTOS

Redactor-Chefe José de OLIVEIRA PINHO

Redactor-Secretário — Rey BARBOSA DE CAMPOS

Brasileiros, Alerta!

No próximo janeiro, entre o presidencialismo e o parlamentarismo espúrios que os políticos republicanos nos querem continuar "impondo", escolheremos a

MONARQUIA!

Preparemo-nos!

Entrevista-Mensagem de Sua Alteza Imperial e Real St. Dom Pedro Henrique de Bragança (Dom Pedro III)

Estampou O CRUZEIRO, em seu número datado de 6 de outubro p. p., oportuníssima reportagem com texto de Glauco Carneiro e fotos de Geraldo Viola. Pareceu um banho de água fria no calor da demagogia eleitoral perigosa e esbanjadora em que mais uma vez está constitucionalmente metida à força a nossa Pátria Imperial — para desfechar logo mais nas eleições de que agora como sempre se espera utópica salvação, adiada sempre e sempre para as outras eleições próximas...

Sucede, porém, não ser eleitoral o conteúdo da entrevista de Sua Alteza Imperial que não precisa dos votos de ninguém para ser quem é desde 7 de Setembro de 1822 e muito antes.

Com a palavra O CRUZEIRO a iniciar a reportagem como nos filmes em que se expõem os personagens e o quadro patético no qual se começa a desenrolar a acção cinematográfica:

— "Na solidão de sua Fazenda Santa Maria, em Jundiá do Sul, Norte do Paraná, vivem Dom Pedro Henrique de Orleans e Bragança, sua esposa, a Princesa Maria, e nove dos 12 filhos, que constituem a Família Imperial, herdeira presuntiva do Trono Brasileiro. A reportagem de "O Cruzeiro" surpreendeu Dom Pedro Henrique e sua família em pleno trabalho, e com eles conviveu durante dois dias, tendo oportunidade de constatar a extrema simplicidade de sua vida, que só visa ao cuidado na criação dos filhos, à integração perfeita deles com o povo, ao respeito às autoridades constituídas e até à memória dos que criaram a República. Foi nesse ambiente campestre que Dom Pedro Henrique concedeu a "O Cruzeiro" a entrevista exclusiva publicada nestas páginas onde, sem mágoas e sem rancor, movido tão somente pelo interesse de sua Pátria, o Herdeiro Imperial procura acentuar seu pensamento de que o Poder Central contínuo, através de gerações, como a Monarquia, é o regime ideal para este imenso e conturbado Brasil".

ENTREVISTA — MENSAGEM

- P. Diante das sucessivas crises políticas que o País atravessa, cre S.A. que a volta à monarquia seria a solução?
- R. A Monarquia é, a meu ver, a solução normal para os problemas brasileiros. A imensidade do território nacional e as legítimas diversidades que nele devem florescer, pedem, para que se mantenha a unidade, um poder central contínuo através das gerações e pôsto pela própria natureza das coisas num plano transcendente às rivalidades regionais e às paixões políticas. As presentes crises políticas estão pondo em especial realce esta verdade. Parece-me também que algumas características de nossa tradição luso-cristã concorrem para que, no plano cultural e ideológico, seja a Monarquia a forma de governo adequada para o nosso País.

P. Qual a posição da Família Imperial diante dessas crises? Pode alhear-se?

R. A família Imperial, da qual sou chefe, acompanha estas crises com uma atenção feita de solicitude e devotamento aos supremos interesses do País. Julgo que à casa de Bragança cabe representar, no panorama nacional, um conjunto de tradições e valores morais cuja acção de presença no Brasil contemporâneo se exerce de uma maneira discreta, porém profunda e eficaz. Aludindo à nossa acção de presença, afirmo implicitamente que nos abtemos de uma interferência no embate dos interesses e paixões das grandes forças que dominam actualmente o cenário político do País. Com isto, evitamos envolver em toda a espécie de mal-entendidos e ressentimentos o prestígio da família Imperial. Estou certo de que os brasileiros dos mais variados quadrantes se sentiriam desolados se nos vissem entrar na ribna política como esta, actualmente, se apresenta. Insisto na importância actual dessa acção de presença. Os cientistas sabem todo o alcance que tem na natureza a acção catalítica. Importância análoga e não menor tem ela na vida ideológica e moral de um povo, máxime quando é inteligente e subtil como é o brasileiro. Como vê, o exercício abnegado, contínuo e consciente desta função é bem o contrário do alheamento.

P. A transferência de S.A. não pode ser interpretada como tal? Qual a razão de se ter mudado para o Paraná? Significa, isso, que a Família Imperial perdeu definitivamente as esperanças de retornar ao Poder?

R. Não vejo na restauração monárquica uma "esperança" no sentido pessoal da palavra, isto é, a ambição a um cargo público capaz de conferir vantagens individuais. Vejo na perspectiva de uma restauração, para mim e para os meus, uma missão preene a cumprir, para a qual estamos, meus filhos e eu, sempre prontos para o bem do Brasil. Minha presença no Paraná será um factor favorável ou desfavorável para este efeito? Tenho estado assiduamente no Rio-de-Janeiro e em São-Paulo, e tenho visitado outros lugares do País. Acompanho com diligência tudo quanto se passa aqui e tudo quanto no exterior diz respeito ao Brasil. Os modernos meios de comunicação permitem a uma pessoa exercer uma acção de presença num raio muito amplo, qualquer que seja o lugar onde resida. Há, pois, um

certo anacronismo em imaginar que, fixado no norte do Paraná, estuante de vida e de acção realizadora, não possa eu exercer adequadamente a minha acção de presença no processo de desenvolvimento do Brasil actual. A isto acresce outra circunstância. Radiquei-me no norte do Paraná com intuito de que o exercício da actividade agrícola — muito afim com o meu temperamento — atendessem também às conveniências patrimoniais de minha família. Estou persuadido, entretanto, de que, presente no interior, estou sob certo ponto de vista mais autenticamente presente no Brasil e em contacto mais continuo com a realidade viva do País do que se morasse em alguma grande capital.

P. Existem ainda muitos monarquistas no Brasil? De que tipo são e qual a actuação? Recebe S.A. muitas cartas, sobre que assuntos, por parte dêles?

R. Recebo correspondência de todo o Brasil. Nem toda ela, entretanto, exprime uma tomada de posição explicitamente monárquica. Recebo cartas de monarquistas ardorosos e dedicados, muitos dêles jovens. Escrevem-me também amigos de todo o Brasil que, sem intuito político, cultivam as velhas relações de amizade e dedicação para com a Família Imperial. Vejo também que, não poucas vezes, brasileiros não monarquistas me procuram num gesto de simpatia e consideração para com as tradições e valores que represento. Isto quanto à correspondência e os contactos pessoais que mantenho. Quanto à medida de influência do sentimento monárquico no Brasil actual, não me parece que o mais importante seja saber quantos são os monarquistas. Os brasileiros ou são monarquistas ou são republicanos, ou mais ou menos indiferentes. Um jovem e brilhante jornalista republicano do nosso país escreveu recentemente que há em cada republicano uma certa segunda psicologia anti-republicana. Sua fórmula pitoresca é de que "em cada republicano, há um monarquista que dorme". A generalização é excessiva, mas é indiscutível que há um monarquista dormindo no subconsciente de muito republicano. E isto quanto mais no subconsciente dos indiferentes! Qual a extensão deste fenómeno? É impossível reencensar subconscientes. Pode-se apenas colher a este respeito impressões genéricas. Em minha posição, tenho uma visão do facto, que tenho interesse em confrontar com a de outros brasileiros. Gostaria de saber, por exemplo, o que o sr., como jornalista, em contacto com muita gente, pensa disto.

P. As origens da crise brasileira. A propriedade privada. O perigo comunista. Posição de S.A. diante dessa infiltração. Os remédios para o problema nacional. Em que erro o Governo Republicano? Acha que um Imperador estaria mais próximo do povo? As chamadas Reformas de Bases. A Agrária.

R. Como é natural, eu sou fundamentalmente contrário ao comunismo. Por que? Por uma razão igual e oposta àquela pela qual o comunismo é fundamentalmente antimonárquico. Os princípios que representam são os da monarquia cristã e, como católico, não posso deixar de ser irreconciliavelmente oposto ao comunismo, que é ateu em seus fundamentos filosóficos, e incompatível com a doutrina da Igreja no que diz respeito à estrutura política, social e económica. Considero que há um verdadeiro abismo entre a ditadura do proletariado, despótica, férrea, omnimoda, e a autoridade monárquica entendida no sentido cristão da palavra. Na MATER ET MAGISTRA — tão mal compreendida e comentada por vezes —, o Papa ensina o princípio da subsidiariedade: o indivíduo deve fazer por si tudo quanto pode, e a família deve fazer por ele o que ele próprio não pode; o mesmo se deve dizer do grupo social em relação à família; do município em relação aos grupos sociais; das regiões em relação aos municípios; e do país em relação às regiões. Era este o princípio vivido pela monarquia orgânica de São Luís de França, São Fernando de Castela e Dom Dinis de

Portugal. O monarca estimula e orienta as forças vivas da nação em lugar de as aniquilar e escravizar pela força como faz o comunismo. Ou as reduzir à servidão pela ditadura velada da propaganda e da burocracia como o faz o socialismo. Quanto à propriedade privada, vejo nela um legítimo atributo do homem e da família. Mas também uma condição indispensável para o bem comum. Defendendo a propriedade, defendo os que têm e os que não têm. Pois os pobres seriam mais pobres se não houvesse ricos nem fortunas médias; isto não quer dizer que eu não deseje ardentemente uma melhora das condições dos pobres, pois, como neto da Princesa Isabel, a Redentora, tenho enorme interesse pelo destino das classes pobres. Mas sem a ilusão de que, algum dia, deixe de haver pobres no mundo: "semper pauperes habetis vobiscum", disse Jesus Cristo. Desejamos, isto sim, que haja o menor número possível de pobres. Para conseguilo, é preciso que a propriedade exerça a sua função social. Mas para que ela a exerça é preciso que seja florecente. Pois uma instituição débil não pode exercer as suas funções. Reforma agrária? Ela só pode ter no Brasil um sentido: o de um aproveitamento de nossas imensas reservas. Para isto é preciso dividir um único latifúndio: o imenso latifúndio de 75% do território nacional pertencente ao poder público e inaproveitado. Se estes 75% pertencessem a um só proprietário, à família Imperial, por exemplo, que clamor para a sua divisão! E como seria razoável este clamor! Não compreendo por que o mesmo clamor não se levanta contra o latifúndio do poder público. Considero o retalhamento compulsório das propriedades privadas uma medida socialista e anticristã que preparará o advento do comunismo. Vejo, do mesmo modo, muitos projectos de reformas de base. A participação dos operários nos lucros, na propriedade, ou na direcção das empresas pode ser excelente em certos casos, porém não deve ser obrigatória. Parece-me, principalmente, que as reformas de base não podem colocar toda a economia nas mãos do Estado, pois seria contrário ao princípio de subsidiariedade de que acima falei.

P. A Família Imperial é democrática? Uma monarquia o pode ser?

R. Todos hoje se dizem democratas, até Khruchchev. A palavra perdeu seu conteúdo. Reportando-me à famosa distinção de Pio XII entre povo e massa, afirmo que desejo um povo cuja célula básica seja a família, povo este constituído de classes sociais orgânicamente diferenciadas entre si. E com possibilidades de acesso a todos valores autênticos. Para todos deve haver uma vida digna, segura e larga. O papel natural do monarca é de promover e conservar as legítimas elites, mas ao mesmo tempo de proteger os desvalidos contra as prepotências eventuais das elites, de sorte a manter o equilíbrio social. Como vê, há nisto uma atitude de verdadeiro desvelo pelo povo considerado como um todo harmónico — grandes e pequenos — e um repúdio ao princípio marxista da luta de classes.

P. Diante da possibilidade de restauração da monarquia espanhola, alimenta S. A. as mesmas esperanças com relação ao Brasil?

R. Qualquer facto ocorrido num país repercute hoje em dia de algum modo nos outros. Não creio, entretanto, que a restauração da monarquia na Espanha ou em outro país pudesse ser factor determinante de igual fenómeno no Brasil.

P. As preocupações de S. A. hoje em dia.

R. Tenho na minha vida cotidiana muitas preocupa-

(Conclui na pág. 8)

NAS LIVRARIAS:

IDEIAS QUE MARCHAM NO SILÊNCIO,
obra de A. VEIGA DOS SANTOS

A Solução Para Já

1. Haverá porventura campo em que melhor se aplique a virtude da prudência do que na ciência e na arte da política? Quem pode, na vida particular, prescindir dela? Quem há aí que, na vida doméstica, ousa eximir-se de aplicá-la em face dos inúmeros problemas pequenos e grandes que a todo momento surgem no decurso da existência? E quem pode ter que a não exerce na profissão e até no recreio e nos desportos?

Pois bem. E como hão-de os políticos ignorá-la no orientar, no planejar, no executar dentro do terreno complexíssimo em que decorre o existir das colectividades? E como poderão exercer tamanha virtude a qual se move em meio da infinidade dos casos e factos particulares, se não têm e não procuram ter ciência dos particulares que se conhecem pela Sociologia e máxime pela História da Nacionalidade em causa?

Foi justamente visando a esse aspecto da realidade que estabelecemos em nossa modesta teoria histórica um lugar para a "história como prudência". Quadra-lhe, em verdade, tal atributo com ser a política em movimento, com ser lição para os que não querem errar, escola para os desejosos de aprender... sem apanhar, graças às vergastadas padecidas por outros no Passado.

...

2. Para exercício dessa prudência de que são baldos os nossos políticos e militares do presente, apresentamos a história a época regencial, episódio trágico republicano dentro da grandeza imperial da nossa História de antes de 89.

Estudando-a diz Max Fleiuss: "A Regência representa em nossa História um interregno, ou período de transição e convulsão, que teve causa no estado de indisciplina deixado, com a Abdicação, na caserna, e explorado pelas paixões políticas e excessos da demagogia partidária..."

... A missão suprema do governo regencial foi, sem dúvida, a de salvaguardar, na existência de uma criança que acabara de ser coroada 2.º imperador constitucional do Brasil, A VIDA DO PRÓPRIO BRASIL E DA UNIAO DAS SUAS ENTÃO 18 PROVINCIAS (versal nosso). // A indisciplina, tanto nos partidos quanto nos quartéis, que armou o pronunciamento do 7 de abril, tendo superado muito além do a que visava, fez desencadear a anarquia por todo o país. // Golpes de estratégia dos demagogos, unidos aos comandantes de certos corpos do norte do país, ameaçavam de destruição o nascente império brasileiro fundado pelo senso político e espírito enérgico unitarista de Pedro I e José Bonifácio". V. "Apostilas de História do Brasil".

3. Ora, que mais é o nosso viver actual senão reincidência largamente acrescida dos fenómenos políticos daquela era "brasileira", na qual se movimentavam homens e estadistas brasileiros, temperamentos brasileiros,

A DEMOCRACIA REPUBLICANA é o comunismo em marcha: é o ódio ao diferente, ao desigual, à liberdade, à propriedade, à equidade, à justiça, piedade, à bondade, a tudo quanto é santo e nobre.

A democracia republicana coerente é a perseguição e assalto ao capital produtivo, ao trabalho livre que cria e produz capital para nova criação. É a perseguição fiscal, negociatas e empreguismo compadresco.

É o saque, o roubo tirânico, a desapropriação compulsória dos bens — tudo isso seguido do esbanjamento nababesco pela incuria, displicência, incompetência, loucura e cinismo irresponsáveis.

Somente malucos ou narcotizados pela estupidez utópica, somente a cegueira e inconsciência concordam com o que aí está — a tirania das raposas.

caracteres brasileiros, reacções brasileiras, repercussões brasileiras, sentimentos brasileiros?

E qual foi a solução última a que chegaram aqueles BRASILEIROS, ao depois de tudo tentarem para resolver "dentro do quadro regencial", isto é — electivo, democrático, republicano, o grave problema nacional?

Recorreram ao Imperador-Menino, pois não se tratava de questão de homens, visto como grandes homens individualmente eram todos aqueles atlantes hercúleos procedentes do Estado do Brasil (Vice-Reino), do Reino Unido de Dom João VI, da Regência pedriná e do 1.º Império. Tratava-se de REGIMEN, pois os homens eram individualmente insignes e cada um e qualquer deles maior do que a CRIANÇA Dom Pedro II. Só não tinham o prestígio dinástico. Mas isso ERA e É tudo!

E tiveram a coragem FINALMENTE de julgar-se impotentes a salvar o Brasil com república (que de facto o era a Regência). E nesse "julgar-se" mostraram-se deveras grandes homens, brasileiros excelsos.

...

4. Que fazem, ao revés, esses grandes ou medianos de hoje?

Onde lhes ressona a prudência política? Onde a prudência e lição histórica?

Há uma grave questão nacional? Resolver-se-á com imitação a instituições francesas, uruguayas, suíças, urssistas ou... norteamericanas...

Prudência, senhores donos do Poder! Este, se o tendes, foi-vos dado ou "permitido" por Deus para realizardes o Bem Comum dentro do quadro institucional brasileiro (não republicano!). Cumpre afinal se proclame a Maioridade do Brasil que precisa deixar de ser macaco do mundo até no nome copiado dos verdadeiros Estados-Unidos. Nós não somos isso!

Elevai-vos à altura dos nossos soberbos Antepassados que se tornaram maiores realizando a MAIORIDADE.

Arlindo VEIGA DOS SANTOS
Chefe Geral Patrianovista

O BRASIL É PÁTRIA IMPERIAL ONDE A REPÚBLICA NÃO DÁ CERTO DE MODO NENHUM

DEFINIÇÕES

AUTO-DETERMINAÇÃO é o chavão usado pelos comunistas para não serem molestados ou escorraçados nos países que estão bolchevizando ou já bolchevizaram: Cuba etc.

IMPERIALISMO é o chavão usado por esses mesmos malfeitores, quando os não comunistas se defendem (como Portugal em Angola) ou os povos colonizados pela URSS se revoltam como a Hungria, etc.

BURRICE é a atitude de governos como o brasileiro que toma a sério esses chavões e assim favorece internamente a 5.a coluna urssista, pondo em perigo a si mesmo, a seus vizinhos e a "liberdade divina".

"MONARQUIA"

Receba V. S., por qualquer via, este eco das nossas actividades? Escreva-nos, dê-nos a sua opinião, solicite-nos o envio permanente da nossa folha preenchendo este convite, mesmo sem compromisso de adesão.

Nome

Endereço

O QUE DIZEM POR AI...

As raposas e o Senado

Inexplicavelmente, as mais astutas raposas de nossa vida pública voltaram suas vistas e ambições para o Senado da República. Casa de grandes e ilustres tradições, pouco a pouco aquele ramo do Congresso se vai transformando em sinecura para alguns, cargo público para outros, não faltando uma minoria que busca seus umbrais apenas para obter imunidades.

Percorrendo a lista dos candidatos ao Senado, deparamo-nos com nomes habituais do noticiário político-policial, como os srs. Moisés Lapon, Mário Pinotti e Valdir Bouhid, homens que respondem a inquéritos e que procuram simplesmente a proteção na curul senatorial.

Há ainda nomes condenados pelo povo, como os dos srs. Celso Peçanha e Carlos Jereissati, que deixaram atrás de si um rastro de escândalos.

Aparecem ainda nomes como os dos srs. Juracy Magalhães e José Ermírio de Moraes, políticos totalmente desvinculados das realidades que pretendem e apenas prometem defender.

Como velhas raposas, não desdenham as uvas — e maduras ou não pouco lhes importa. Os apetites não têm escrúpulos. "Correio da Manhã", Rio: 7-10-62.

MAF dirige-se ao ministro da Guerra

O MAF — Movimento de Arregimentação Feminina, enviou ao ministro da Guerra general Nelson de Melo, telegrama do seguinte teor:

"Donas de casa, mães de família, congregadas no Movimento de Arregimentação Feminina — MAF, São Paulo — inquietam-se diante da acusação de que postos-chaves da administração nacional estão ocupados por comunistas, membros do APARAT, a mais alta direção extremista internacional, tais como Raul Riff, secretário de Imprensa da Presidência da República; José Guimarães, diretor da Agência Nacional de Notícias.

Consideram, entretanto, as palavras de v. exa. de que "não vê perigo iminente do comunismo no Brasil", havendo apenas "desajustados explorados por elementos extremistas" contra o que invoca "bandeira levantada pelo governo para ir ao encontro desses brasileiros menos protegidos da sorte". Tomam-no, pois, "como flador da segurança do País, do futuro das novas gerações, da sobrevivência da Nação, garantidas a Justiça Social e a liberdade, dentro da democracia com respeito à vida e à dignidade humana".

Subscreve o telegrama a sra. Maria Mesquita de Motta e Silva, presidente do MAF.

O BRASIL É UM IMPÉRIO

O Brasil é um caso raro de país em que Estado, Nação e Corpo Político são conceitos que recobrem a mesma realidade. E podemos acrescentar o conceito do Império a esta enumeração e dizemos então que a Nação Brasileira e o Império Brasileiro coincidem. Disto aliás sabia aquele ignorado e notável redactor do texto da Constituição de 1824 (seria o marquês de Caravelas?): "O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formam uma nação livre e independente."

ESTE CARACTER IMPERIAL DO BRASIL REVELA QUE TEMOS CONDIÇÕES DE DESEMPENHAR UM IMPORTANTE PAPEL NO FUTURO, SE A INCAPACIDADE, A IGNORANCIA E A FALTA DE PATRIOTISMO DOS HOMENS DO NOSSO TEMPO NÃO COMPROMETEREM IRREMEDIAMENTE A MAGNÍFICA OBRA POLÍTICA DAQUELES QUE OUTORA GOVERNARAM ESTE PAÍS. E QUE ERAM VERDADEIROS ESTADISTAS". — J. C. de Oliveira Torres, art. "A era dos Grandes Impérios", Correio da Manhã, 21.9.62.

Muito bem, correligionário João Camilo. Está tudo comprometido com a desgraça dos subhomens da jangada, Sataniagos e Aretinos e com militares transformados melancolicamente em pelegos da janga. Faltam Caxias, Tamandarés decididos. Todos se vendem por trinta dinheiros inflacionados ou por uns meses de prestígio ilusório. Estão destruindo o Império criado por Dom João III, Raposo Tavares, Matias de Albuquerque, Dom João V, Bobadela, Dom João VI, Dom Pedro I, José Bonifácio e outros. Basta um pratinho de lentilhas para todos se tornarem "patriotas..."

OS MILITARES

Ainda é verdade, também, que os militares têm consciência que existem para a defesa da Pátria e não para acobertar "espoliadores". Palavras do Capitão Luis Augusto Sommor de Azambuja, nas rádios portalegrenses a 21.7.62.

— Se isso é verdade, não sabemos como é que ainda existe a república que jamais fez outra coisa senão ESPOLIAR O BRASIL.

REFORMAS AGRÁRIAS...

Fala-se muito de fome na China. Fala-se menos da crise agrícola soviética, que é permanente desde há trinta anos e que custou, entre mortos de fome — executados e mortos na deportação — vários milhões de vidas. Talvez seja oportuno

recorrer ao próprio Khruchchev para saber quais são os caracteres que, actualmente, adquire a crise agrícola soviética. K., já desde a época em que servia Stálin na Ucrânia, teve idéias próprias sobre a questão agrária soviética. Propôs, por exemplo, a formação de "agrovilas", em que se reuniram povos e granjas em pequenas cidades. Propôs e levou a cabo um plano de colonização das terras virgens da Rússia asiática, que até agora foi um grande fracasso. Hoje, critica duramente os burocratas pela crise agrícola. Não diz, é claro, que a origem dessa crise tem de ser procurada na política agrária de Stálin e dos seus sucessores, na colectivização forçada. Mas algumas das suas medidas (aumento do preço dos produtos agrícolas, aumento dos lotes individuais dos camponeses nas granjas do Estado) demonstram que sabe qual é a causa da crise, embora não queira ou não possa modificá-la. Porque reconhecer que a política de colectivização forçada da agricultura foi errada equivaleria a reconhecer que os comunistas se enganaram no que têm feito há quarenta anos, pois toda a política bolchevista foi o reflexo e a consequência da sua atitude perante a questão agrária. Victor Alba, Folha de S. Paulo, 11 8 62.

— Socialismo? Falência! Comunismo? Falência! Na monarquia Inglaterra, escorraçaram o socialismo falido. O socialismo comunista faliu pior ainda na URSS. A colectivização agrária, causa da falência, continua escandalosamente.

Diz-se-lhe que o russo ficou burro com o comunismo? Não, meus senhores, o caso é outro: o comunismo é uma posse diabólica. Comunista NÃO VOLTA ATRÁS do erro em que cai. Morra o povo russo que o soviético explora, mas o marxismo-leninismo TEM QUE FICAR...

E não nos alegremos muito pensando que é só lá que más fadas há.

Nós também no Brasil temos a "nossa" República democrática federativa PARA-COMUNISTA. Há quase SETENTA E TRÊS ANOS que nos castiga. Mas os POSSESSOS donos dela no-la mantêm À FORÇA de estupidez, marginalismo e armas.

No ano passado, NO MOMENTO DE DEVOLVEREM-NA PARA O INFERNO DONDE VEIO, contornaram para a droga do parlamentarismo já falido no Brasil — parlamentarismo que Dom Pedro II se arrependeu de ter criado. E agora PARA DE NOVO EVITAR A MONARQUIA a canalhada quer VOLTAR PARA O PRESIDENCIALISMO. Isto é — a canalhada não quer resolver COISA NENHUMA.

Desgrace-se o Brasil, perea o Povo Brasileiro, contanto que a maldita criação de uns marginais idiotas, de uns jacobinos endemoninhados permaneça.

Nisto estamos.

E as nossas grandes virtudes militares antigas? Micharam, metalizaram-se.

Mêdo de serem "reacionários", mêdo de serem "gorilas"! E quando os homens da Milícia se tornam medrosos e comodistas, está tudo perdido.

FESSIMISMO...

E o pior de tudo é que em lugar nenhum temos uma sucessão preparada, temos quadros organizados, mãos honestas para receber a herança dos derrubados. O que há é a turba ululante dos "nacionalistas", os pelegos a arrotar fartura, os juliões, os inocentes e os safados úteis, manobrados pela minoria activa dos comunistas. O resto são os cansados, os decepcionados, os descrentes e os clinicos. Os homens de bem se rendem, são minoria desarticulada, não se pode esperar nada deles. Derrubem isso que aí está, e o que vier talvez ainda será pior. Embora seja difícil pior do que isso que aí está. Mas eles conseguem fazer pior, conseguem. São uns danados. Dizem que na linguagem deles não há a palavra impossível. — Isso é de Rachel Queiroz, no Cruzeiro, 21-7-62.

— De acôrdo, colega. Não há mais quadros republicanos possíveis a não ser de possessos "nacionalistas".

Mas hó a MONARQUIA, Dona Rachel, há o Imperador com aquela acção catalítica de que tão bem falou um dia o seu e meu velho amigo Lobato. Há a MONARQUIA, a SOLUÇÃO, tão boa que os safados, os ladrões, os assassinos, os REPUBLICAES não querem... Têm mêdo de laço no pescoço!

OS MILITARES QUE, INJUSTAMENTE E POR MOTIVOS RIDÍCULOS E EGOÍSTICOS, NOS IMPUSERAM A FORÇA E, DIGAMOS, POR MOLEZA DE DOM PEDRO II, A REPÚBLICA QUE NINGUÉM QUERIA, HESITAM EM "RESTITUIR-NOS" PELA FORÇA E COM JUSTIÇA O NOSSO IMPÉRIO — NOSSA FORMA PRÓPRIA, TRADICIONAL, ORIGINAL E GLORIOSA. ENQUANTO ISSO, A QUINTA-COLUNA URSSISTA, LARGADA CRIMINOSAMENTE A VONTADE, SE ESFORÇA, INCLUSIVE NOS MEIOS MILITARES, ANTE A COMPLACÊNCIA NEFANDA DE CERTAS AUTORIDADES, PARA NOS IMPOR A PESTE SATÂNICA QUE TODOS ABOMINAMOS.

Nossos Mortos - Nossos Vivos

BENEDITA AUGUSTA VEIGA DOS SANTOS

Faleceu aos 29 de setembro, dia de S. Miguel Arcanjo, no Hospital Matarazzo, desta Capital, Dona Benedita Augusta Veiga dos Santos, irmã do nosso director e do Dr. Isaltino Veiga dos Santos, residente na Guanabara, e de Dona Ubaldina Veiga dos Santos.

Só os que pessoalmente a conheceram e com ela privaram podem aquilatar o que humanamente falando essa perda significa para a Comunidade Patrianovista.

Vitimada pela doença maldita do século, o câncer, mobilizou de balde toda a sua admirável resistência espiritual e física contra o insidioso inimigo. Conformando-se, porém, plena e conscientemente, com a santa vontade de Deus e confirmando-o poucos minutos antes do desenlace, expirou serenamente, sacramentada, às 23,55 daquele sábado com um sorriso brotado como flôr do atroz sofrimento — para a Glória, para Deus.

É mais um dos Mortos Patrianovistas que ora por nós, pela Cristandade, pela humanidade angustiada, perante Deus Uno e Trino.

ARLINDO BAPTISTA PEREIRA

Coração de guerreiro e de cruzado, redactor-chefe que foi desta folha, Chefe-Delegado patrianovista, alma do contacto estreito da Chefia Geral e do Supremo Conselho com Suas Altezas Imperiais, forte para amar tôdas as grandes causas, mariano e vicentino modelar e activissimo (julgam-no mesmo insubstituível!), finou-se melancolicamente pelo próprio coração o Prof. Arlindo Baptista Pereira às cinco horas do dia 10 de outubro, na presença do irmão, sr. João Baptista Pereira.

Da sua fé de officio profissional, da sua dedicação incansável e solícita em tudo a que se devotou e marcadamente no exercício da caridade inteira, reflexo do amor a Deus, todo este jornal seria exiguo para discorrer.

Agraciado com a presença eucarística, partiu para ser mais um interessor por nós em face da SS. Trindade, cuja Glória desejou tanto neste contraditório caminho de dor.

DIPLOMACIA DECENTE

Nas côrtes europeias e nas Capitais dos países da América os nossos diplomatas honravam a representação do Brasil, e levantavam bem alto o seu renome. Mantiveram-se intangíveis e serenos os nossos brios nacionais, opondo-se ativos às ameaças, e aos insultos estrangeiros.

Tivemos a guerra do Paraguai durante cinco anos. E a guerra foi coroada de vitórias e triunfos. Tivemos a questão Christie. Vencemos sempre, ressaltando integralmente a nossa dignidade. Que mais se poderia exigir dos esforços de uma nação, que apenas contava cinquenta anos de existência? As tradições aí ficaram deixando saudades aos velhos e provocando inveja nos moços. As lições do patriotismo fulguram no segundo IMPÉRIO. Negue-as quem quiser. A justiça, porém, consagra-as.

Veio a república...

Mons. Manoel LEITE, Pelo Patriotismo, 1917.

PREFÁCIO AO LIVRO "IDEIAS QUE MARCHAM NO SILÊNCIO", de A. VEIGA DOS SANTOS

Quando Arlindo Veiga dos Santos me pediu algumas linhas à guisa de prefácio para este volume de combate, lembrei-me logo de um encontro que tivemos, há alguns anos, no ônibus Avenida. Mostrou-me êle então uns versos ainda inéditos, de sua autoria. Vinha lendo-os, e era eu a primeira pessoa a quem mostrava. Tema central de tais versos: há idéias que marcham no silêncio... Exatamente o título deste livro.

A ré... em três quartos de século só tem mudado de fachada, mas não de costumes.

Também o autor terá recordado o mesmo encontro. E talvez nisso esteja a razão de vir solicitar-me o prefácio.

É preciso ter assistido ao início de "Pátria-Nova", em 1928, para bem se avaliar da razão de ser de um título tão sugestivo.

Aquêles grupo de jovens inconformados com o regime que ia desfazendo o Brasil — que o vinha desfazendo desde 1889 — levantara-se para afirmar a crença no valor da monarquia como solução única para o nosso problema político.

Saudosistas? — Não! Tanto assim que Tristão de Ataíde, já então crítico consagrado, saudava na desassomburada afirmação daqueles moços uma renovadora mensagem de brasilidade, uma palavra verdadeiramente nova em meio ao "deserto de idéias" que era a política brasileira. Anos mais tarde, Raul Pila, o infatigável abencerragem do parlamentarismo liberal entre nós, referindo-se a um outro pugilo de jovens que prosseguia na mesma linha de "Pátria-Nova" através do mensário "Reconquista", chamava-os de "monarquistas diferentes", admirando-se por ver que êles não queriam um retorno ao passado, à monarquia parlamentar do nosso primeiro Império, mas sim a instauração de um regime perfeitamente compatível com os tempos novos e sobretudo com a nossa linha de formação histórica, da qual se afastara o regime monárquico constitucional de 1824.

Instauração, e não restauração — vive a dizer Veiga dos Santos. E dessa forma vai apregoando, *opportune et importune*, como aconselhava São Paulo, a verdade política brasileira desfigurada pelas novas elites marginais.

Todos bem conhecem a força de suas convicções, a lealdade de suas atitudes, repelindo todos os compromissos a arranjos, que acabam por diminuir a verdade e fazer triunfar a mentira. Numa época em que tudo parece tão pouco propício a falar-se em monarquia, Veiga dos Santos não desanima, não esmorece, não se entrega. É sempre "contra a corrente" que vai pregando uma política realista, fundada na história, na tradição e também nas realidades do nosso tempo.

Por isso não admira que muitos pontos do programa de "Pátria-Nova", lançada em 1928, viessem a ser realizados posteriormente. Lembro êstes dois: a capital no centro do Império — hoje uma realidade em Brasília — e o especial entendimento hispano-americano, em vias de realização não só pelos numerosos acordos do Brasil com os povos irmãos da América espanhola, mas ainda pelo Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal.

Idéias que marcham no silêncio... E que dizer da Idéia central da pregação destas páginas vibrantes de polémica? A Monarquia caiu, no Brasil, pela falta de uma doutrina. Os estadistas do Império, o próprio Imperador, de temperamento republicano, não tinham sólidas convicções monárquicas, não tinham uma filosofia do regime. Hoje, volta-se a pensar na monarquia como solução, e não só no Brasil. Pois o americano Walter Lippmann não levantava a questão, há pouco tempo, mostrando na eleição do poder supremo a suprema fraqueza das democracias republicanas?

As idéias caminham à frente dos homens.

Honra ao mérito dos que sabem presentí-las.

José Pedro GALVÃO DE SOUSA

São Paulo, julho de 1960

Para a salvação do Brasil, faz mister não só que êle REAJA contra os traidores que lhe estão torcendo o destino cristão e imperial, mas também que REI HAJA!

Leia "Idéias que marcham no silêncio" — de A. Veiga dos Santos

Poderia voltar a Monarquia no Brasil?

A pergunta deste título não é tão ingénua ou absurda como poderá parecer a um republicano vermelho, formado na escola jobobina de 89. A resposta também pode ser formulada com outra pergunta: Como se constituíram no mundo as casas monárquicas, desde a mais remota antiguidade, os caciques das tribus americanas, os sobas nas cubatas de negros, os marajás indianos, os senhores no feudalismo, os reis bárbaros, até à época em que os papas, em nome de Deus, começaram a sagrar os soberanos dos povos, e ao tempo em que, depois da Revolução Francesa que não exterminou as monarquias, houve monarcas sem sangue azul e elevados aos tronos pelas massas populares entusiasmadas?

Um facto social explica o aparecimento do rei: a necessidade que os povos têm de um chefe, de um comandante, de uma criatura que responda, sozinha, pelos interesses da comunidade. Os próprios socialistas que falam em governo colectivo, em direcção de todos, negam a autenticidade do princípio quando só conseguem impor-se através de ditaduras. Em tese, o Rei é um sujeito que se sobrepõe às multidões que o acreditam detentor de virtudes sobrenaturais e o transformam em mito. Terá de ser diferente dos súbditos, vestir-se com originalidade que realce, logo à primeira vista, a sua condição de quase divindade, de individuo mandado por Deus, para fazer a felicidade de sua gente.

Mas não caberia num artigo escrito para justificar, em síntese, a possibilidade do retorno do regime decaído a 15 de novembro de 1889, tudo o que se sabe a respeito de um sistema milenar que ainda conserva em vários sítios do planeta alguns representantes insígnos. Limitemo-nos, por isso, ao fenómeno brasileiro. A República do povo, pelo povo e para o povo, tal como a executamos, demonstra que **BASTARIA UM MOVIMENTO DE COPULA PARA A IMPLANTAÇÃO DO IMPERIO DE UM TESTA-COROADA, MESMO SEM O CHEIRO DA TRADIÇÃO DINASTICA, EM NOSSA TERRA, EXACTAMENTE COMO OCORREU NA FRANÇA COM NAPOLEÃO BONAPARTE, E MAIS TARDE COM O PEQUENO NAPOLEÃO DA SATIRA HUGOANA** (grifos nossos), o que se elegeu presidente da República e em curto prazo virou a mão e coroou-se imperador, com o título de III e permaneceu no trono até que na guerra franco-prussiana de 1870 devolveu a coroa aos adoradores do barrete frigio.

Um ligeiro passeio pelo nosso passado dirá muita coisa interessante sobre a facilidade com que poderia ser aceita uma restauração monárquica em nosso país.

Quando em 1822 se proclamou a Independência com Pedro I, Duque de Bragança, havia uma conspiração republicana que não venceu porque José Bonifácio a destruiu no nascedouro. Mas o povo, que tanto festejaria nas ruas um Presidente como um Rei (isto não se daria naquele tempo, como não se deu em 1817 e 1824 em Pernambuco. — "Monarquia"), aceitou este último porque a Inglaterra assim o determinou como base para o reconhecimento da legitimidade da emancipação. Está claro nas Instruções de Canning ao ministro Stuart. Pedro II foi educado para governar, e um dia deixou o poder, sem conflito, porque não houve quem estivesse disposto a brigar por sua causa. Conselheiros da Monarquia aderiram à República e foram presidentes eleitos pelos republicanos mais ardorosos, e nunca deixámos de reverenciar a memória do Imperador decaído. Guardamos, no fundo da alma, uma grande saudade do velho a cujo convívio nos habituáramos durante quase meio século de vida modorrenta neste trópico castigado por um sol que convida à preguiça do corpo e do espírito. Permanecemos indiferentes aos sistemas políticos, mas também capazes de celebrar as excelências de uma retomada do comando pelos monárquicos, se um mais audacioso se aproveitasse da oportunidade para entronizar-se. No entanto o que é senão um sentimento

arraijado de perpetuação nos cargos a pouca vontade que os nossos, democratas demonstram de largar os postos electivos, considerando-se como seus donos por usucapião? E as tentativas constantes que se fazem para abolir da Constituição o dispositivo que impede a reeleição do Presidente da República? Quando vejo o retrato do nosso Juscelino ornamentado, com ar de brincadeira de criança, por uma réplica de coroa imperial, tenho a impressão de que o "Creator Brasiliae" ficaria contente se essa fotografia traduzisse uma realidade. Ele mandou cinco anos e anuncia que pretende mandar mais outros cinco, e no governo vertiginoso que exerceu afirmou que a sua obra de um quinquênio seria correspondente a uma de meio século. A idéia do poder permanente fervia-lhe no subconsciente e lhe sugeria sonhos miríficos. Que é isso senão a vocação imperial de um democrata?

Nilo Peçanha, que vivia a buscar no seio do povo o calor das simpatias e a graça dos aplausos, republicano de boa cepa, ao ser elevado à Presidência para completar o mandato interrompido com a morte de Afonso Pena, lembrou-se de que existia uma carruagem de museu, imponente, que podia servir ao transporte do chefe de Estado nas ocasiões solenes. Foi aquêle famoso "carro à Daumont" de fabricação francesa puxado por uma parelha de cavalos ricamente ajazados e com moços de tábua fardados na traseira, que de uma feita conduziu o Presidente a uma festa no Teatro Municipal. A massa, deslumbrada, rebentou em palmas veementes, e do meio dela ouviu-se este grito que a imprensa registrou: "Éta Presidente científico!" Nilo aceitaria, como Juscelino, o regresso à Monarquia, se o monarca fôsse êle...

E quanta gente importante há por aí que se orgulha de poder dizer que tem nas veias sangue monárquico...

Allás a lista dos maduros e jovens que conheço, saudáveis de uma Monarquia que não viram, é imensa e daria para a formação de uma Corte luzida. E o que sustentam, para conferir validade aos seus argumentos, é que o governo de um só sai mais barato à Nação do que os que se dividem por grupos numerosos e com renovações periódicas que agitam o País e exigem despesas astronómicas. Acresce a circunstância de que em muitos lugares do interior há pessoas que ignoram o 15 de novembro. O almirante Frederico Vilar, em 1922, contou-me que no Ceará um pescador lhe dirigiu esta pergunta: — Como passa Sua Majestade o Imperador lá na Corte?

Analisando bem essas coisas, recordando a frase de D. João IV que ordenou ao filho que pusesse na cabeça a coroa antes que um aventureiro a apanhasse, contemplando a fisionomia grave de Juscelino coroadado, como tem saído nas folhas, **VERIFICO QUE O NOSSO CLIMA AINDA COMPORTARIA UMA ARRANCADA DE RETORNO** (maiúsculas nossas). Pelo menos o parlamentarismo aí está, embora híbrido como rebento de mula na sua conhecida esterilidade, a mostrar que para muitos a Monarquia é um modelo magnífico. O diabo é encontrar um cabra sabido que amanse as feras e suba ao trono sem precisar de indagar "que rei sou eu?" como na canção carnavalesca...

Carlos MAUL, O Dia, 13/14.5.1962

ONDE NÃO HÁ REI...

Onde não há Rei, aquêle que detém um pouco de autoridade precária atreve-se a proceder como se fôra Rei de verdade, excedendo-se porém desastrosamente; pois de ordinário todo arremêdo traz consigo algo de ridículo, desajeito e comichão, podendo outrossim resultar em tragédia.

POR QUE NINGUEM CONFIA

Falando aos representantes das classes produtoras, que o procuraram, o ilustre Ministro da Guerra, General Nelson de Melo, que até hoje nunca desmereceu a confiança de seus concidadãos, disse que não havia motivo para alarmar e que o discurso pronunciado pelo Presidente da República em João Pessoa poderia até ser subscrito pelo Papa João XXIII.

Presumivelmente e data-venia, não creio que Sua Santidade fosse capaz de sugerir o confisco camuflado da propriedade privada, como o fez o sr. João Goulart em João Pessoa, propondo o pagamento das terras desapropriadas em títulos expressos em cruzeiros. Não é preciso ser matemático para verificar que, à razão de uma depreciação monetária anual de 50% ou mais, como agora acontece, um título de 1.000 cruzeiros hoje emitido não valeria mais do que 1 CENTAVO ao fim de 15 anos em termos de cruzeiros atuais. Ora, a Igreja, que respeita o direito de propriedade, nunca poderia subscrever tal confisco.

Disse também o honrado Ministro da Guerra: "Devemos combater o comunismo destruindo a arma de que ele usa, isto é, dando aos necessitados aquilo de que eles precisam". Traduzido em linguagem objetiva, isso importa em dizer que no Brasil a distribuição da renda apresenta graves desigualdades. Vamos então raciocinar um pouco.

A supressão total das desigualdades é, sabidamente, uma utopia. A questão há de ser equacionada em termos de "graus de desigualdade", isto é, de maior ou menor desigualdade, como em termos de saber o QUE HÁ A REPARTIR, isto é, qual o tamanho do bolo total a dividir.

Os Estados Unidos são um dos países de menor desigualdade na repartição da renda (depois dos impostos) e entretanto aqui declarava o eminente Professor J. Viner, da Universidade de Princeton, que a renda por família do condado mais pobre do Estado de Kentucky era 29 VEZES MENOR do que a do condado mais rico do Estado (também agrícola) de Iowa. Um ilustre economista brasileiro escreveu, recentemente, que a relação entre o salário do funcionário mais graduado e o do operário menos graduado de uma empresa é nos Estados Unidos (depois dos impostos) de 1 para 17 e na Rússia Soviética de 1 para 40.

A correção das desigualdades injustas não se faz, porém, através do confisco da propriedade e da desorganização da produção. São do sr. Válder Moreira Sales, em seu recente discurso de posse, as seguintes e judiciosas ponderações:

"O que não me parece, porém, nem compreensível nem razoável é que se pretenda salvar alguém ou melhorar as condições desumanas de vida de populações sacrificadas, mediante o empobrecimento do país, desestimulando o esforço criador da iniciativa privada, afugentando investidores nacionais e estrangeiros, paralisando assim o nosso desenvolvimento."

A nossa grande chaga econômica, acredite-me o ilustre General Nelson de Melo, é a baixa produtividade. A produção anual da General Motors dos Estados Unidos, por si só (mais de 11 bilhões de dólares), é superior a toda a renda nacional do Brasil... Do Anuário de Produção da FAO, de 1959, constam os seguintes algarismos comparativos, de produtividade agrícola, em quilos por hectare:

	Brasil	Esp.	EUA	Arg.	Japão
Arroz	1.508	3.760	3.590	3.170	4.620
Milho	1.238	2.350	3.280	2.090	2.270
Trigo	890	1.040	1.840	1.280	2.120

Se tivéssemos aplicado na melhoria da produtividade agrícola uma fração dos recursos gastos em Brasília, o padrão de vida do povo brasileiro já estaria a esta hora apresentando evidentes sinais de melhoria.

A questão é, portanto, muito mais de fazer crescer o tamanho do bolo do que de reparti-lo melhor. Não há como dividir o que não existe. Nem há como se iludir com a possibilidade de resolver-se a pobreza das massas acabando com as ostentações de uma insignificante minoria de ricos inconscientes e de "play-boys" desprezíveis.

O que, entretanto, sobreleva, na troca de idéias havida entre o General Nelson e os representantes das Classes Produtoras é o apelo do ministro para que "acreditem na ação patriótica do Presidente". Quer dizer, que confiem no Presidente. Tocou aí o ilustre ministro do ponto mais vulnerável da atualidade brasileira. Vejamos:

Segundo os cálculos dos que mais de perto têm acompanhado o caso, estimam-se em cerca de 50.000 (!!) as nomeações recentemente feitas ou autorizadas pelo Presidente. Depois de consumado o escândalo é que o Presidente baixou um decreto suspendendo as nomeações no Serviço Público Federal, autarquias e sociedades mistas... Como confiar?

Assegura o Presidente que não se trata de confiscar propriedade rural de ninguém. E adiante declara indispensável a reforma constitucional para pagar o valor das terras em títulos que diminuírem em 15 anos de 1.000 cruzeiros para 1 centavo! Como confiar?

Vai o Presidente aos Estados Unidos e assegura ao sr. Kennedy que não há melhor clima para os bons investimentos americanos que o do Brasil e que a ordem financeira será restabelecida. Pois bem, aqui chegando, as duas primeiras medidas que tomou foram "subvencionar o papel de imprensa à custa do erário" e "subvencionar com os dinheiros públicos os fretes de qualquer companhia de navegação, nacional ou estrangeira", para atender, a novas absurdas e abusivas exigências dos príncipes da República que são os estivedores! Como confiar?

Os operários da indústria petroquímica em Santos declararam-se em greve exigindo novo aumento sobre salários que são dos mais elevados de todo o Brasil. O Tribunal Regional do Trabalho os repudiou. Quem é que nessa altura foi a Santos falar em "libertação dos escravos" e incitar os operários a outros movimentos reivindicatórios? O Presidente da República. Como confiar?

Creia-me portanto o honrado brasileiro que ora dirige a Pasta da Guerra. A diferença é que da sinceridade de qualquer pronunciamento do Papa João XXIII não há quem duvide. Ao passo que — triste é dizê-lo — nas proposições do "hábil" Presidente da República ninguém confia.

Eugênio GUDIN
Da "Ação Democrática", set. 62.

DEMO-ELEIÇÕES

A democracia, na sua nefasta dinâmica interna, tende a transformar o sufrágio (as eleições) em finalidade do regimen. Por elas, sofrem os cidadãos todas as tiranias, todas as imposições, todas as perseguições e vexames, todas as desumanidades da parte dos donos do sistema, intangíveis, intocáveis, irresponsáveis na genérica irresponsabilidade democrática. Há-os que se fizeram nababescamente eleger SOMENTE para gozarem de "imunidades". Ninguém é responsável, real e efetivamente responsável por todas as incontáveis patifarias.

Mas por que tanto amor às eleições?

Para despejar nos outros a universalidade das culpas. Culpa dos outros, não éles. Os outros... é o povo "soberano", perseguido, "coronel" pagante e humilhado.

Passadas as palhaçadas eleitorais caríssimas, que justificam aumentos de impostos e taxas posteriores, o "soberano" deixa de existir praticamente. Tem donos ferozes e implacáveis.

Isso é república democrática, liberal, a "bella invenzione" dos malandros.

Estabilidade Econômica... (Concl.)

resses destes grupos nunca são idênticos aos da Nação, porque não tendem à consecução do bem comum, senão do bem dessas minorias audaciosas e sem escrúpulos.

Esse regime, como é óbvio, é a MONARQUIA!

O Brasil está em má situação; em péssima situação; em gravíssima situação, mesmo. E os donos da RÉ a mistificar; a engambelar; a tapear; a jogar areia nos olhos do povo — E DAS FORÇAS ARMADAS — com essas promessas impossíveis de ser cumpridas a curto prazo e por governos efêmeros, ou meramente descontinuos. Engraçado, entretanto, é que essas promessas sempre surgem às vésperas de momentos críticos, ou... de eleições.

APENAS PARA QUE OS POLITICÓIDES SEM VERGONHA E SEM ALTURA NÃO PERCAM AS SUAS TÃO QUERIDAS POSIÇÕES!

Sacrifique-se o país, não importa! Importa é não largar o poder... que dá tanto a tão poucos, em tão pouco tempo.

Quando será que as Gloriosas e Imperiais Forças Armadas do Brasil enxergarão isso? Quando deixarão de continuar iludidas?

Beatíssima mas desgraçada Ilusão, Deus seja louvado!
José de OLIVEIRA PINHO

Estabilidade Económica... Eterna Mistificação Republicana

Desde sempre, essa raça danada, que convencionamos chamar de republicanos, vem mistificando; emgambelando; tapando a opinião pública deste infeliz país, numa audaciosa afronta às nossas inteligências. Por serem uma corja de aproveitadores, não querem, de modo nenhum, perder a "mamata" em que se cevam, daí a sua luta desesperada, em vão tentativas para salvar a constituição, o regime, a democracia. Não se lembram, porém, evidentemente por não lhes interessar isso, de salvar o Brasil. Em desespero — nos momentos cruciais, como em agosto do ano passado — aceitam tudo que se lhes apresenta... desde que não toque naqueles "tabus" donde tiram as "suas" prerrogativas, as suas imunidades, os seus "direitos". Querem que tudo fique como está, para se ver como fica.

E grotesco! É ridículo! É trágico!

Para manterem o povo eternamente "estupidificado" por uma eterna esperança que jamais se realiza, mistificam; mistificam a mais não poder, com uma audácia digna de Satanás!

...

É o que se volta a ver, através das bombásticas declarações do actual Ministro da Fazenda (do Gabinete de 30 dias...), Com que audácia o faz, sabendo ser membro de um governo ridiculamente efémero e que, por isso mesmo, não terá tempo (em 30 dias, apenas, o que poderá fazer?) de completar, sequer, os primeiros estudos para qualquer tomada, SÉRIA, de posições.

E, acresce ainda, — terá que supor — (considerando-se o absurdo de poder delinear um programa SÉRIO de governo, ainda que provisório, em 30 dias), que seu sucessor esteja de acordo com ele e se decida a segui-lo, coisa, aliás, até hoje inusitada por qualquer governo que tenha sucedido a outro qualquer nesta RE pública das arábias, excepção honrosíssima de Rodrigues Alves, com referência ao plano financeiro Campos Salles/Joaquim Murtinho.

Como poderá S. Excia. estabilizar a economia nacional (moeda, custo de vida, equilíbrio orçamentário) até ao fim deste ano, como o afirmou, se esses elementos estão em estado de coma, num processo desesperado e desesperador de tuberculose galopante? Como poderá fazê-lo se outras nações de governos mais sérios e em melhor situação do que a nossa, para isso não o conseguiram em anos de labor intenso e dedicação patriótica?

Palavra de honra que desejaríamos que S. Excia. continuasse no governo até lá, pondo em prática o "miraculoso" plano, para vermos tal "milagre!" Pedir-lhe-íamos, então, uma audiência, para termos o prazer de nos retratarmos, ou... de soltar uma gostosa gargalhada em suas bochechas.

...

Moeda e custo de vida, não se estabilizam com parlavrório óco, ou decretos demagógicos. Este desideratum só será conseguido, com atos sadios de administração pública. O que S. Excia. pretende — a julgar por recentes declarações do Ministro sem pasta e planificador jacto-propellido... — é equilibrar o orçamento através do escorchamento fiscal do já sacrificadíssimo contribuinte nacional. A amostra disso, aliás, já foi dada, através da recente criação de mais um adicinal do Imposto de Renda, destinado AO PAGAMENTO DE PARTE DOS AUMENTOS DO FUNCIONALISMO PÚBLICO FEDERAL!!!!!!!

E isto, perguntamos, estabilizará a moeda?

E isto, estabilizará o custo de vida?

E isto, voltamos a perguntar, equilibrará o orçamento?

Quando sabemos que o aumento desordenado e monstruoso de impostos — como os que se projetam — implicará FATALMENTE no aumento do custo de vida e no empobrecimento geral da Nação, o que é pior é que, este aumento, será fator necessário, preponderante e obrigatório do descontrole da moeda, o que dará por consequência, afinal, o desequilíbrio orçamentário, pelo aumento consequente do custo de operação do Estado, — ficamos perplexos ao ler tais declarações.

...

Faz parte, ao que parece, ainda, do dito plano, a sempre sonhada, mas jamais conseguida redução das despesas orçamentárias, com a colaboração (sic) dos vários ministérios e... sem prejuízo do desenvolvimentismo, etc. etc.

Como poderá ser isto?

Se o orçamento deste exercício, em plena execução, apresenta um deficit, talvez não inferior a 500 bilhões de cruzeiros (ninguém sabe exactamente a quanto montará, incluso o próprio ministro...) e o do próximo exercício de quasi um TRIPLHO de cruzeiros, como poderá abater as despesas orçamentárias, a ponto de reduzir a inflação em 50% no primeiro ano; em 30%, no segundo e em 20%, em 1965 (A Gazeta — 8/10/62)?

Seria necessário, para isso, reduzir as despesas do Estado de 1/3 o que é absolutamente impossível, sem causar um trauma na economia nacional. Sendo vejamos:

Despesa orçada (mas que certamente será aumentada pelo Congresso)	1.075
Mais reajuste do funcionalismo	132

Total da despesa	1.207
------------------	-------

Menos receita orçada (valores sempre exagerados)	590
--	-----

DEFICIT previsto	617
------------------	-----

(Revista Conjuntura Económica — pág. 53 a 62 — Julho — 1962)

Afirmamos, à vista desses factos e sem medo de contestação SÉRIA de quem quer que seja que: não teremos estabilização de moeda, nem do custo de vida. ENQUANTO FORMOS RE pública. Temos a confirmar o que dizemos 73 anos de maus governos, desde o fatídico 15 de novembro de 89. A não ser em curtíssimo período e em governo de excepção e, por isso, fator de estabilidade fictícia, jamais houve, na RE pública, estabilização de coisa nenhuma. O Sr. Ministro ultra-provisório, seria o primeiro a consegui-lo; mas isto É IMPOSSÍVEL, num regime eleitoral, demagógico, ladrão e esbanjador.

Mistifica o Sr. Ministro, portanto, como o tal plano... embutido... para efeito nitidamente pré-eleitoral.

...

Só tivemos REAL estabilização, no IMPÉRIO de Pedro II, apesar de liberal e parlamentarista (e, por isso, cívico, de maus governos, como o disse o próprio Pedro II). Estes governos maus, entretanto, não prejudicaram muito a moeda — senão em curtíssimos períodos —, por força da continuidade administrativa, imposta aos sucessivos governos, pelo Imperador.

A MONARQUIA PATRIANOVISTA, que pregamos, em cinco anos, não só estabilizará, realmente o custo de vida e a moeda, como fará do Brasil a 1ª. Potência do Mundo.

Não o creem? Duvidam?

Não que não nos deixam provar-lhes o que afirmamos?

...

Não somos mistificadores, nem demagogos: estudamos, apenas, os problemas nacionais, à luz de tantos exemplos, e os equacionamos honesta e seriamente, para solução no tempo. Não improvisamos, tampouco. O que afirmamos é produto de profunda meditação e estudo, de anos e anos da tragédia nacional.

O de que o Brasil precisa não é nem dessa democracia e nem dessa constituição que, em desespero, pretendem salvar, os beneficiários desses mitos. O de que realmente precisa o Brasil, é de um regime sério, honesto, que produza governos que se continuem e, por isso, continuem os programas estudados e traçados por homens que sabem onde têm a cabeça e que não têm compromissos escusos a cumprir, com grupos interessados em certas orientações económico-financeiras do Estado. Os inter-

(conclusão na pág. 7)

Entrevista-Mensagem (Conclusão) da pág. 2

ções além das que decorrem de minha posição de herdeiro presuntivo do Trono brasileiro, sobre as quais julgo já ter falado suficientemente. As ocupações com a direcção de minha fazenda tomam uma parte de meu dia. Procuro aproveitar o quanto possível os momentos livres para, na minha biblioteca, dedicar-me ao estudo dos autores da tradição católica, entre os quais destaco Joseph de Maistre. E, como chefe de família católico, preocupo-me muito especialmente com a formação de meus filhos, para torná-los aptos a fazer tudo o que estiver ao alcance deles pela grandeza do Brasil e da civilização cristã.

P. Dados gerais sobre a Fazenda Santa Maria e a actividade da Família Imperial na produção. O que lhe tem ensinado a lavoura.

R. A fazenda Santa Maria, que conta 115 alqueires paulistas, é um exemplo típico de propriedade média do norte do Paraná. Nela procuro desenvolver os dois ramos de produção: a agricultura, com o cultivo de cereais; e a pecuária, com a criação de gado. Foi nessa minha actividade agrícola que tive oportunidade de sentir mais vivamente todos os problemas com que luta o nosso homem do campo, e de estudar as medidas necessárias para a elevação do seu nível de vida, tais como obras de assistência social e religiosa, financiamentos a longo prazo, aumento dos meios de comunicação e de escoamento da produção, construção de silos etc.